



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**DISCURSO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
KAY RALA XANANA GUSMÃO**

**POR OCASIÃO DA 5.ª CONFERÊNCIA ANUAL DO INSTITUTO PORTUGUÊS DO  
DIREITO DO MAR (IPDM)**

**“ORDENAMENTO E GESTÃO DO ESPAÇO MARÍTIMO”**

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
26 de junho de 2026



Palácio do Governo  
Avenida Marginal  
Dili, Timor-Leste

Sua Excelência, Doutor Salvador Malheiro, Secretário de Estado das Pescas e do Mar,

Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa,

Professor Doutor José Manuel Sérvulo Correia, Professor Catedrático Jubilado da FDUL,

Professor Doutor Carlos Blanco Morais, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa,

Professor Doutor Vasco Becker-Weinberg, Presidente do IPDM,

Caros Estudantes,  
Senhoras e Senhores,

É com particular satisfação que, quatro anos decorridos sobre a Primeira Conferência do IPDM, volto hoje a participar nesta quinta conferência, também na qualidade de Presidente Honorário desta instituição.

É para mim uma honra e um grande prazer estar aqui hoje, perante uma audiência tão ilustre e talentosa.

Agradeço o amável convite do Professor Doutor Vasco Becker-Weinberg e a bonita, e inesperada, homenagem que acaba de me ser prestada.

Agradeço as generosas palavras do Professor Doutor José Manuel Sérvulo Correia. Porém, devo dizer, que não me considero merecedor desta menção honrosa.

O mérito do caminho percorrido por Timor-Leste - desde a luta pela independência até à conquista da liberdade e da plena soberania, incluindo a delimitação definitiva das nossas fronteiras marítimas com a Austrália – pertence, unicamente, ao povo timorense.

O povo timorense tem sido não apenas exemplo de determinação e coragem nas várias lutas pela soberania, dignidade e desenvolvimento sustentável, como também um modelo de abnegação e paciência na espera pelos frutos desses esforços, assumindo-se sempre como o verdadeiro protagonista das suas causas.

Por outro lado, o nosso povo contou com o fundamental apoio da comunidade internacional e, muito particularmente, com o apoio dos portugueses. Assim, a experiência de Timor-Leste demonstra que a solidariedade e a arquitetura internacionais, quando utilizadas com coragem, sentido de justiça e boa-fé, podem servir os países mais pequenos e frágeis e contribuir de forma decisiva para a paz e estabilidade.

Excelências  
Senhoras e Senhores,

Começámos por olhar para a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) como base para a delimitação das nossas fronteiras marítimas com a Austrália e, atualmente, com a Indonésia.

Fomos então reconhecendo que este instrumento procura um equilíbrio entre os interesses dos Estados costeiros na utilização dos recursos do mar, os direitos de todos na exploração dos recursos oceânicos e a obrigação comum de proteger e preservar o ambiente marinho, dentro e fora das jurisdições nacionais.

Apesar de ter sido adotada há mais de quatro décadas, a UNCLOS mantém-se atual perante desafios globais como as alterações climáticas, a poluição marinha e a perda de biodiversidade. Isto, precisamente, porque os seus mecanismos permitem adaptação e evolução.

A recente entrada em vigor do Acordo BBNJ, sobre a conservação e utilização sustentável da biodiversidade marinha em áreas fora da jurisdição nacional, é um exemplo claro dessa capacidade de atualização.

Também através da jurisprudência de órgãos internacionais – como o Tribunal Internacional de Justiça (ICJ), o Tribunal Internacional do Direito do Mar (ITLOS) e diversos tribunais arbitrais –, o direito internacional do mar continua a evoluir.

E isto inclui não só litígios contenciosos, mas também pareceres consultivos que clarificam direitos e obrigações dos Estados. Timor-Leste, juntamente com um elevado número de países, teve a oportunidade de apresentar a sua opinião, por escrito e em sessão presencial, junto do Tribunal Internacional do Direito do Mar e do Tribunal Internacional de Justiça, no âmbito dos pareceres consultivos solicitados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, sobre as responsabilidades dos Estados em matéria de alterações climáticas.

No nosso percurso, Timor-Leste recorreu, pela primeira vez na história da Convenção, ao mecanismo de conciliação obrigatória para resolver o litígio de fronteiras marítimas com a Austrália. Como novo membro da ASEAN, sentimo-nos encorajados por ver um Estado irmão, o Camboja, seguir uma via semelhante para resolver de forma pacífica o seu diferendo de fronteiras marítimas com a Tailândia, ao abrigo da UNCLOS.

Esperamos sinceramente que as partes alcancem uma solução com o apoio de peritos internacionais, como nós o fizemos.

Entre vizinhos, a convivência deverá ser saudável e permanente. Por isso, acredito que, ultrapassadas as questões de fronteira, o aprofundamento da cooperação em domínios como a pesca, a navegação, a conservação marinha e a segurança marítima, são temas com influência direta na subsistência e bem-estar de todos os povos, mas particularmente de povos vizinhos.

Excelências  
Senhoras e Senhores,

Timor-Leste aprovou a sua “Política e o Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável 2025-2035”, em fevereiro deste ano. Este documento pretende ser o nosso roteiro para a implementação da economia azul em Timor-Leste.

Com esta decisão, o Governo, que tenho a responsabilidade de liderar, assume com clareza uma visão estratégica para transformar o mar, que é parte da nossa identidade e um ativo económico e geopolítico essencial, numa fonte de desenvolvimento sustentável, de inclusão social e resiliência ambiental.

De forma muito resumida, esta agenda implica investir nos setores económicos ligados ao oceano, na capacitação dos nossos recursos humanos e na criação de emprego digno para jovens, mulheres e comunidades costeiras.

Implica ainda promover uma verdadeira “geração azul” e desenvolver a literacia do mar, para que todos sejamos agentes ativos na preservação dos ecossistemas marinhos e costeiros.

Os timorenses têm um enorme orgulho do seu mar. Ele não é apenas bonito, é sublime! Temos espécies marinhas, únicas e preciosas, que tornam Timor-Leste um lugar verdadeiramente especial, um tesouro do nosso planeta.

Estamos no coração do Triângulo de Coral, uma das regiões com uma diversidade biológica incomparável. Timor-Leste pode ser um laboratório vivo do oceano no Sudeste Asiático.

Mas, como sabem, esta região enfrenta sérias ameaças, desde as alterações climáticas, que aquecem as nossas águas e fazem subir o nível do mar; à poluição que sufoca a vida marinha; à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, que retira do mar mais do que ele consegue repor.

Estes danos são muitas vezes irreversíveis. E nenhuma nação consegue enfrentá-los sozinha. Também por isso, Timor-Leste pretende reforçar a sua participação em fóruns regionais e internacionais e aprofundar mecanismos de cooperação bilaterais e multilaterais. E quer, com os necessários apoios, progredir na investigação científica marinha, aliando a ciência ao conhecimento tradicional das nossas comunidades.

Porque a soberania plena também se afirma no mar, a economia azul é, para Timor-Leste, não apenas uma estratégia de desenvolvimento, mas igualmente uma resposta de sobrevivência e de resiliência climática, para o bem comum das futuras gerações.

Senhoras e Senhores,

Antes de terminar, permitam-me referir brevemente a minha satisfação ao tomar conhecimento da participação de 14 timorenses na “Escola de Verão” deste ano, também dedicada ao tema do ordenamento e gestão do espaço marítimo.

O meu Governo aprovou, este ano, o “Regime Jurídico que estabelece as bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional”, para assegurar a adequada organização e utilização do mesmo, adotando uma abordagem integrada do território marítimo, e não somente setorial, que tenha também em conta a interação mar-terra.

Por esta razão, este curso não poderia ser mais oportuno para Timor-Leste. Este é, também, um exemplo concreto de cooperação genuína entre instituições, para que todos os países possam desenvolver conhecimentos e competências técnicas neste setor.

Espero que os jovens do meu país, assim como todos os restantes diplomados deste curso, regressem verdadeiramente inspirados e empenhados em aplicar, nos seus países de origem, os conhecimentos aqui adquiridos – na sua dimensão jurídica, mas também científica, técnica e social – ao serviço de uma governação responsável do oceano e de um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Desejo a todos um futuro brilhante, em que o vosso trabalho faça a diferença concreta na proteção do mar, na formulação de políticas públicas mais informadas e na construção de sociedades mais justas e resilientes.

Por fim, expresso os votos de pleno êxito para esta conferência, na certeza de que os debates e reflexões de hoje contribuirão para o reforço do saber, da preservação e valorização sustentável do nosso património marinho comum.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão